

# Empresa de Secretário investigada

O delegado Adílson Leles, da Delegacia de Defraudações (DEF), recebe esta semana o inquérito policial número 107/94, que estava na 4ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do DF.

O inquérito, de quatro volumes, foi instaurado em janeiro de 1994 e trata de suspeitas de fraudes em uma empresa contratada para fazer o projeto do Metrô de Brasília.

A empresa, a TCI Planejamento, Projetos e Consultoria Internacional Ltda, tem como sócio o atual secretário da Indústria e Comércio, Antônio Augusto Rebello, o Tom.

**Desvio** — Uma das suspeitas investigadas é a de que os próprios diretores da TCI desviavam dinheiro da empresa.

Três ex-funcionários da empresa declararam, na delegacia, que o dinheiro era aplicado no pagamento de propinas para servidores que coordenavam o projeto do Metrô para o GDF.

Desde que foi instaurado, o inquérito percorreu várias vezes o caminho entre a delegacia — onde só pode permanecer um mês de cada vez — e a 4ª Vara Criminal.

Neste período, a empresa mudou de nome e passou a se chamar TCBR. Ninguém foi indiciado até agora.

O caso teve início com uma carta anônima, enviada ao então secretário de Segurança Pública, João Brochado, no dia 30 de novembro de 1993.

**Pseudônimo** — O remetente, que se identificou com o pseudônimo de José de Arimatéia Souza, denunciava o enriquecimento súbito do contador Valdeney Santos de Almeida, funcionário da TCI.

Brochado mandou investigar. Policiais da delegacia entraram em contato com os diretores da empresa, entre os quais o atual secretário Antônio Rebello.

Só então eles disseram ter percebido que Valdeney e outros dois funcionários haviam desviado cerca de US\$ 150 mil em pouco mais de seis meses.

A surpresa maior ocorreu na delegacia. Valdeney e os outros dois confessaram o desvio, mas disseram que os diretores faziam *vistas grossas* porque também tiravam dinheiro da empresa por meio de fraude contábil.

## Empregado explica o golpe

Valdeney Santos de Almeida, 28 anos, o funcionário acusado de desviar dinheiro da TCI em 1993, foi localizado pelo **Correio Brasileiro** trabalhando em uma empresa de contabilidade no Gama.

Ele admitiu ter lesado a TCI durante mais de seis meses e reforçou as acusações contra os diretores.

“Eles sabiam de tudo e não faziam nada porque faziam a mesma coisa”, disse.

Valdeney explicou como funcionava o golpe, feito com a ajuda dos também funcionários Silvano Alves Brito, 25 anos, e outro chamado Francisco.

“Eu elaborava as folhas de pagamento e calculava os descontos dos salários. Só que, ao invés de tirar, eu acrescentava dinheiro e ficava com a diferença”, disse.

**Propina** — O outro funcionário acusado, Silvano, reforçou as acusações contra os diretores.

Ele disse mais: que o dinheiro desviado pelos diretores era usado para pagar propinas. Entre os beneficiários estaria o coordenador es-

pecial do Metrô, José Gaspar de Souza.

A polícia descobriu três notas fiscais frias, emitidas pela TCI para justificar a saída do dinheiro.

As notas fiscais se referiam a compras que a empresa não fez e a serviços que ela não contratou.

As notas — que somam pouco mais de R\$ 5 mil, a preços de hoje — eram pagas com cheques da TCI, depositados na agência do Unibanco, no Setor Comercial Sul.

Segundo Silvano, os próprios diretores, depois, sacavam as quantias e trocavam o dinheiro por dólares com o comerciante Khaled Youssef Nasr, gerente da lanchonete Snob's, no Conjunto Nacional.

Os diretores (e sócios na empresa) Antônio Rebello, Antônio César Silva Prado e Renato Grillo Ely, negaram as acusações em depoimento.

José Gaspar de Souza, funcionário do Metrô, negou ter recebido qualquer vantagem por parte dos donos da TCI.